O caminh

OS BANCOS DIZEM QUE A NOVA VERSÃO DOS PRINCÍPIOS DO



Qual é o meio-termo entre a transparência total e a proteção de informações confidenciais dos clientes? A pergunta ronda as cabeças de representantes de organizações não governamentais e instituições financeiras, principalmente quando o assunto são os financiamentos a grandes obras de infra-estrutura, cujos impactos socioambientais são mais visíveis.

A questão veio à baila há cerca de um mês com a divulgação da segunda versão dos Princípios do Equador (PE), um conjunto de critérios socioambientais a serem aplicados pelos bancos nas operações de *project finance*, projetos financiados com a receita gerada pelo empreendimento.

Para os bancos que fazem parte do acordo, houve um significativo avanço, que teve a velocidade do possível. Para as ONGs, o passo foi tímido demais.

Victorio Mattarozzi, gerente do projeto Ecofinanças, da ONG Amigos da Terra – Amazônia Brasileira, lembra que uma das principais demandas – a exigência de maior transparência das informações – foi atendida apenas parcialmente. Os bancos são agora obrigados a divulgar uma vez por ano quantas operações realizaram no âmbito dos PE. "É um bom começo, mas é pouco", diz.

O gerente do Ecofinanças defende a divulgação de dados mais detalhados sobre os projetos, não só para o bem da sociedade como das instituições. "Quanto maior a transparência, menor o risco de ocorrerem problemas posteriores", diz.

A idéia não é inviabilizar as obras, ao contrário, as ONGs são a favor do desenvolvimento e sabem que os bancos exercem um papel importante no financiamento de empreendimentos, mas a velha tese do "prevenir é melhor que remediar" nunca foi tão atual.

Mais acostumadas a dimensionar o risco financeiro de suas operações, as instituições cada vez mais se vêem obrigadas a lidar com um novo componente: o risco de imagem. Especialmente em um setor em que confiança é tudo, milhares de dólares gastos na construção de uma imagem de credibilidade podem ir água abaixo sob a for-

...o do meio

EQUADOR É O AVANÇO POSSÍVEL, MAS AS ONGs QUEREM MAIS

POR **DENISE JULIANI**



ça de denúncias de envolvimento em situações como, por exemplo, o fornecimento de crédito a uma empresa que usa trabalho infantil ou cuja atividade cause grave impacto socioambiental.

ATÉ AONDE VAI O SIGILO?

Os Princípios do Equador são uma resposta à crescente pressão de parcela da sociedade que já não se contenta em saber que seu dinheiro está seguro e bem remunerado, quer saber onde e de que forma está sendo aplicado.

"Os bancos são os maiores interessados na análise correta dessa importante variável que é a questão socioambiental, pois o tratamento incorreto quase certamente terá impacto no risco de crédito", concorda Cai Igel, diretor de Compliance do Unibanco. No entanto, o diretor diz que a transparência não pode ultrapassar a barreira da lei do sigilo bancário.

Milton Vargas, vice-presidente do Bradesco, segue a mesma linha. "A atividade bancária por si só impõe aos bancos muita cautela quanto à divulgação de informações sobre seus clientes." Além do sigilo bancário, alguns projetos são protegidos pelo segredo industrial, o que também dificulta a plena divulgação das informações.

Apesar da defesa do sigilo de algumas operações, as instituições financeiras já não torcem tanto o nariz para a atuação das ONGs. Ao contrário, no processo de revisão dos PE, aprenderam a colaborar. No Brasil, existe um grupo de trabalho que se reúne periodicamente com ONGs dedicadas a monitorar o sistema financeiro: a câmara técnica de sustentabilidade, organizada pelo Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável (CBDES).

Luiz França, diretor do Banco Itaú e presidente da câmara, defende uma abordagem construtiva, na qual os representantes da sociedade civil contribuam para a redução dos riscos dos projetos, de modo a que estes possam existir e gerem desenvolvimento. O próximo encontro está previsto para meados de agosto.

"Trata-se de uma curva de aprendizado e

> Os bancos são os maiores interessados na análise correta da variável socioambiental, pois o tratamento incorreto quase certamente terá impacto no risco de crédito



UM GRUPO de trabalho dos bancos no Brasil reúne-se periodicamente com as ONGs

novos avanços são saudáveis e esperados, mas devem ocorrer dentro de um processo evolutivo", diz França, que também representa as instituições brasileiras no comitê mundial dos bancos que participam dos PE. Para ele, a disposição para ouvir a opinião da sociedade, representada pelas ONGs, mostra o comprometimento em aprimorar as regras dos Princípios do Equador.

O diretor para a América Latina da organização não governamental International Rivers Network, Glenn Switkes, acredita que os bancos não têm condições operacionais para conferir determinados detalhes dos projetos tão de perto como as ONGs, capazes de reunir informações sobre potenciais riscos socioambientais dos projetos para bancos e assessorias contratadas.

> O objetivo das ONGs não é impedir o desenvolvimento, mas evitar o financiamento de projetos que podem dar problemas no futuro

Como as instituições resistem em informar quais os projetos que estão analisando, Switkes assumiu o compromisso de enviar periodicamente aos bancos informações sobre potenciais impactos sociais e ambientais relacionados a projetos dentro do escopo dos Princípios do Equador. "Nosso objetivo não é impedir o desenvolvimento, mas evitar o financiamento de projetos que podem dar problemas no futuro", diz.

Ele cita o caso da Hidrelétrica de Canabrava, em Goiás, no qual o Banco ABN Amro Real participou de uma operação de troca de dívida que, segundo Switkes, tinha como propósito a retirada da empresa de um financiamento contratado anteriormente sem as devidas compensações ambientais. "O banco só ficou sabendo por meio da denúncia de uma ONG", conta (*leia quadro*).

Como os bancos podem ou não informar sobre as atividades dos projetos analisados e a região de localização, as ONGs dependem da boa vontade das instituições para cumprir o papel de alertar sobre os riscos.

No fundo, o que as ONGs questionam é o grau de eficiência dos bancos em detectar riscos sociais e ambientais dos projetos que avaliam, observa Christopher Wells, superintendente da área de risco socioambiental do ABN Amro Real.

"Os bancos, inclusive no exterior, terão de investir em estruturas mais robustas de avaliação desses riscos", afirma. "Mesmo o Real, que montou há cerca de três anos uma área de avaliação desse tipo de risco, não pode prescindir da contribuição das ONGs", reconhece.

Uma das sugestões dessas organizações durante o processo de revisão dos PE, que acabou não aproveitada, é a criação de canais de comunicação entre bancos e sociedade, uma forma de facilitar o monitoramento dos projetos e caminhar na direção de uma maior transparência.

AS PRINCIPAIS MUDANÇAS

Mas a sugestão das ONGs, de reduzir de US$ 50 milhões para US$ 10 milhões o valor dos projetos sujeitos à aplicação dos critérios

UMA SUGESTÃO DAS ONGs ACATADA NA REVISÃO DOS PRINCÍPIOS É A REDUÇÃO PARA



socioambientais, foi acatada e constitui uma das principais mudanças na nova versão.

Outro avanço é a aplicação dos princípios à atividade de assessoria de *project finance*. Muitas vezes, esses projetos dispensam o crédito tradicional e se valem de operações de captação de recursos no exterior, por exemplo.

As obras de expansão, que estavam fora da primeira versão dos PE, foram incluídas, ampliando a cobertura do acordo, lembra Mattarozzi. Além disso, toda instituição financeira signatária deve agora divulgar publicamente um relatório anual sobre a implementação dos princípios.

Os PE foram criados em junho de 2003 por um grupo de dez bancos internacionais, com base nas políticas e diretrizes socioambientais da International Finance Corporation (IFC), o braço financeiro do Banco Mundial para o setor privado.

De acordo com os princípios, os bancos devem classificar o risco socioambiental dos *project finance* candidatos aos seus recursos em três categorias: A, B ou C, para risco alto, médio ou baixo, respectivamente. Os projetos de alto e médio risco devem apresentar planos de ação que minimizem os impactos gerados.

No início de fevereiro, o IFC revisou os critérios socioambientais dos projetos dos quais participa como financiador, ampliando as exigências e incluindo, por exemplo, a proteção à biodiversidade como um dos itens a serem observados.

Mesmo operando de maneira independente e com adesão voluntária, os Princípios do Equador – uma vez que são inspirados nas diretrizes do IFC – decidiram também realizar um processo de revisão. O trabalho começou no fim de fevereiro e recebeu sugestões de ONGs de todo o mundo, coordenadas pela Bank Track, rede dedicada ao monitoramento global do sistema financeiro.

Alerta providencial

Em março de 2005, o Banco ABN Amro Real coordenou uma colocação de debêntures para a empresa Tractebel, que realizava uma obra na Hidrelétrica de Canabrava, em Goiás.

Segundo Christopher Wells, do Banco ABN Amro Real, parecia uma transação simples, de troca de dívida em dólares por reais. Na análise, a empresa foi questionada se o empreendimento era novo. "Fomos informados de que se tratava de uma operação antiga, e prosseguimos", diz. Empreendimentos já existentes não eram sujeitos à aplicação dos Princípios do Equador, em sua primeira versão.

O dinheiro foi usado para a empresa quitar uma dívida com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). "O que o banco não soube na época é que havia uma pendência socioambiental envolvendo o crédito com o BID", conta Wells. "Fomos alertados por uma organização não governamental, mas só depois de a transação ter sido finalizada."

A experiência foi emblemática, pois gerou, da parte do Banco Real, um compromisso de incluir nas análises a verificação de eventuais passivos socioambientais antigos nas operações de troca ou alongamento de dívida que venha a coordenar no futuro. "Levamos o caso para o *board* dos Princípios do Equador como mais uma questão a ser observada na avaliação de projetos", conta Wells.

US$ 10 MILHÕES DO VALOR DOS PROJETOS SUJEITOS À AVALIAÇÃO SOCIOAMBIENTAL

